DANIEL DA SILVA SIQUEIRA:7743 6440225 Assinado de forma digital por DANIEL DA SILVA SIQUEIRA:77436440225

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 066/2026 - PMB/SEPLANO

Processo Administrativo nº 1.033/2025 - PMB/SINFRA

CONCORRÊNCIA – Art. 29 da Lei nº 14.133/2021

OBJETO:

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO DE RUAS NOS BAIRROS DO TAIRA E VILA SINHÃ (RESDENCIAL JOÃO ALVES DA MOTA - MCMV). LOCALIZADOS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DEBRAGANÇA/PA.

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1Contratação de serviços conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2 O presente documento tem por finalidade descrever as obras e serviços necessários para execução dos serviços de Recuperação de Pavimento Asfáltico em CBUQ, nas ruas da sede do município de Bragança no estado do Pará. A recuperação do Pavimento será feita através dos serviços de Recapeamento de vias.

a) O presente termo de referência estabelece as condições técnicas a serem obedecidas, no processo de contratação da empresa e no processo de execução dos serviços, fixando os parâmetros mínimos a serem atendidos nas etapas que constituirão parte integrante dos contratos, o recapeamento asfáltico de vias com área total de 7.020,00 m², nos bairros do **Taíra e Vila Sinhá**, conforme o mapa de projeto.

b) O objeto caracteriza-se como serviço de engenharia, por compreender intervenção de manutenção e recuperação da infraestrutura viária existente, mediante execução de recapeamento asfáltico em CBUQ, com especificações, padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Projeto Básico, nas especificações técnicas e na planilha orçamentária.

c) Os quantitativos e especificações a serem contratados constam na Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Especificações Técnicas e Memorial Descritivo levantados a partir de Projeto Básico;

d) O prazo de vigência da contratação é de 10 (meses) meses contado da assinatura do contrato, na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.Esse contrato tem previsão de prazo de execução de 3(três)meses, conforme Cronograma Físico-Financeiro;

e) O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O município de Bragança-PA possui uma população estimada em 128.122 habitantes e essa população utiliza frequentemente sua malha viária. Por se tratar de uma cidade histórica e possuir belas paisagens naturais, Bragança é um dos principais destinos turísticos do estado, recebendo mensalmente milhares de turistas que se locomovem entre as principais atrações turísticas. Devido aos elevados índices pluviométricos dos últimos meses, diversas vias sofreram desgaste, provocando buracos e defeitos na malha viária na sede do município, gerando transtornos para a população residente e para os turistas, que visitam a cidade, prejudicando desta maneira algumas atividades econômicas do município. A contratação dos serviços de recapeamento asfáltico justifica-se pela necessidade de garantir a trafegabilidade, a segurança viária e a eficiência no fluxo de veículos no município de Bragança/PA. As vias objeto deste instrumento constituem eixos estratégicos para o escoamento do tráfego e do transporte de mercadorias, conectando bairros, polos comerciais e áreas de serviços essenciais da cidade.
2.3 Tais condições comprometem a segurança e mobilidade, das vias selecionadas em projeto.
2.4 Nesse contexto, a proposta de recapeamento visa à conservação e valorização desse pavimento asfáltico, promovendo sua funcionalidade como meio de serviço e mobilidade.
2.5 O presente termo de referência estabelece as condições técnicas a serem obedecidas, no processo de contratação da empresa e no processo de execução dos serviços, fixando os parâmetros mínimos a serem atendidos nas etapas que constituirão parte integrante dos contratos.
2.6 Todos os serviços deverão ser executados rigorosamente em consonância com os projetos básicos fornecidos, com as prescrições contidas nas especificações técnicas, com as normas técnicas da ABNT, outras normas abaixo citadas em cada caso, particular ou suas sucessoras e legislações Federal, Estadual, Municipal e outras pertinentes.
2.7 A execução, bem como os novos projetos, os projetos de complementações, alterações, cadastramentos, etc. deverão ser registrados no CREA, através de ART específico para cada caso.
2.8 A presente contratação está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, previstos na Lei nº 14.133/2021, tendo por finalidade promover a recuperação e conservação da infraestrutura viária do Município de Bragança/PA. A intervenção busca restabelecer condições adequadas de trafegabilidade e segurança, ampliar a vida útil do pavimento existente e reduzir os impactos decorrentes do desgaste provocado, especialmente, pelas intensas precipitações características do inverno amazônico.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução adotada consiste na recuperação das condições de trafegabilidade das vias públicas contempladas no Projeto Básico, mediante a execução de serviços de **recapeamento asfáltico em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ**, abrangendo área total estimada de **7.020,00 m²**, localizada nos bairros do Taíra e Vila Sinhá, incluindo o Residencial João Alves da Mota – MCMV, no Município de Bragança/PA.

3.2. A intervenção tem por finalidade recuperar a camada de rolamento das vias selecionadas, restabelecendo condições adequadas de segurança, conforto, regularidade superficial e trafegabilidade, especialmente nos trechos afetados pelo desgaste decorrente do uso contínuo e das intensas precipitações pluviométricas características do inverno amazônico.
3.3. A execução compreenderá o conjunto de serviços necessários à adequada recuperação do pavimento existente, conforme os quantitativos, métodos executivos e especificações estabelecidos no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Especificações Técnicas, Memória de Cálculo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, que integram esta contratação.
3.4. As etapas de execução deverão observar a sequência e os procedimentos tecnicamente definidos nos documentos de engenharia da contratação, incluindo, quando previstos no Projeto Básico, os serviços preparatórios da superfície existente, correção de defeitos, limpeza, aplicação dos materiais necessários à aderência entre as camadas, execução da camada de recapeamento em CBUQ, compactação, acabamento e demais serviços complementares necessários à perfeita execução do objeto.
3.5. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com o Projeto Básico, as especificações técnicas, a planilha orçamentária, as normas técnicas aplicáveis e as determinações formalmente expedidas pela fiscalização, não sendo admitida alteração de solução, especificação, quantitativo ou método executivo sem a prévia análise e autorização da Administração e, quando necessário, do responsável técnico pelo projeto.
3.6. Na hipótese de ser identificada divergência entre os documentos técnicos que integram a contratação, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o fato à fiscalização antes da execução do serviço correspondente, cabendo à Administração, com o apoio do responsável técnico competente, definir a solução a ser adotada, vedada qualquer alteração unilateral pela CONTRATADA.
3.7. Os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, projetos, normas aplicáveis ou determinações da fiscalização deverão ser corrigidos, removidos, recompostos ou refeitos pela CONTRATADA, às suas expensas, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas no contrato.
3.8. A solução deverá ser executada de forma integrada, de modo a garantir a qualidade e durabilidade do recapeamento, a adequada aderência entre as camadas, a regularidade da superfície, a segurança dos usuários e o atendimento às condições técnicas estabelecidas nos documentos de engenharia integrantes da contratação.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos necessários para a presente contratação são:
4.1 Poderão participar dessa licitação, os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
4.2 O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive

os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
4.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
4.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
4.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no Art. 16 da Lei nº 14.133/2021.
4.6 Não poderão disputar essa licitação:
4.6.1 Aquele que não atenda às condições do edital e seus anexos.
4.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
4.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
4.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitado de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
4.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
4.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
4.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
4.6.8 Agente público da Prefeitura Municipal de Bragança.
4.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.
4.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público da CONTRATANTE, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do Art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7 O impedimento de que trata o item 4.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
4.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da Prefeitura Municipal de Bragança.
4.9 Equiparam-se aos autores do projeto, as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
4.10 O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 do edital não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do CONTRATADO a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
4.11 A vedação de que trata o item 4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da condução na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
4.12 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.12.1 A subcontratação fica limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

4.12.2 A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

4.12.3 Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018;

4.12.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
4.13 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.
4.14. Será exigida garantia contratual correspondente a **5% do valor inicial do contrato**, nos termos dos arts. 96 a 98 da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao contratado optar por uma das modalidades legalmente admitidas.
4.14.1. O prazo e as condições para apresentação da garantia serão definidos no edital e no contrato.
4.14.2. Na hipótese de opção pelo seguro-garantia, será assegurado o prazo mínimo previsto no §3º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, contado da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

4.14.2 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
4.14.3 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.15 VISTORIA
4.15.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa, de modo as licitantes obterem, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta, podendo ser substituída por declaração de pleno conhecimento, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de **segunda a sexta-feira, das 08h às 12h.**
4.15.2 Caso a licitante opte pela realização da vistoria deverá agendá-la previamente através do seguinte endereço de **e-mail: seplanpmb@yahoo.com.br.**
4.15.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
4.15.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
4.15.5 Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo abaixo:

Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições Inerentes à Natureza do Serviço

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal ou preposto, o(a) Sr(a). _____, portador da identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como com as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Bragança (PA), *(dia)* de *(mês)* de *(ano)*

_____

(Nome completo do responsável ou preposto)

_____

Assinatura

4.16 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
4.16.1 Quanto aos critérios de sustentabilidade socioambiental, é fundamental que as contratações de obras públicas considerem aspectos relacionados à preservação do meio ambiente, ao desenvolvimento social e à promoção da sustentabilidade. A adoção desses critérios contribui para a construção de um futuro mais sustentável e consciente, além de trazer benefícios para a sociedade como um todo. Alguns aspectos relevantes a serem considerados para a contratação:
4.16.1.1 Gestão de resíduos: É essencial adotar medidas para a correta gestão dos resíduos gerados durante a execução da obra. Isso inclui a segregação, coleta seletiva, destinação adequada e possíveis práticas de reciclagem. A preocupação com a minimização dos resíduos e o descarte responsável contribui para a preservação do meio ambiente e a promoção da sustentabilidade;
4.16.1.2 Eficiência energética: Considerar critérios de eficiência energética é relevante para reduzir o consumo de energia durante a construção e o funcionamento da obra. A utilização de sistemas e equipamentos energeticamente eficientes, a adoção de fontes de energia renováveis e a implementação de estratégias de conservação de energia são medidas que podem ser criadas para minimizar o impacto ambiental e reduzir os custos operacionais a longo prazo;
4.16.1.3 Uso racional da água: Estabelecer práticas que promovam o uso racional da água é crucial. Isso pode incluir a instalação de sistemas de captação e reuso da água da chuva, a utilização de equipamentos e dispositivos economizadores de água e a conscientização dos trabalhadores sobre a importância da economia desse recurso natural;
4.16.1.4 Responsabilidade social: Promover a responsabilidade social na execução das obras implica respeitar os direitos dos trabalhadores, assegurar as condições de trabalho, cumprir as normas trabalhistas e garantir a segurança e o bem-estar dos envolvidos. Além disso, pode-se estimular a contratação de mão de obra local, o fomento a micro e pequenas empresas e o desenvolvimento de programas de capacitação e inclusão social;

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: até 10(dez) dias da emissão da Ordem de Serviço emitida após a formalização da contratação;
5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, cronograma de realização dos serviços. A descrição dos serviços está definida nos documentos técnicos da contratação.
52 Os serviços serão executados em vias públicas localizadas nos bairros do Taíra e Vila Sinhá, incluindo o Residencial João Alves da Mota – MCMV, no perímetro urbano do Município de Bragança/PA, nos trechos especificamente delimitados no Projeto Básico, plantas, mapas, memória de cálculo e demais documentos técnicos integrantes da contratação.
5.3 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, para atender todas as condições deste instrumento.
5.4 Os procedimentos de transição e finalização do contrato são considerados a partir da entrega do objeto e constituem-se das seguintes etapas:
5.4.1 O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a finalização dos serviços, da seguinte forma:
5.4.1.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
5.4.2 No prazo de até 15(quinze) dias a partir do recebimento provisório dos serviços, equipe de fiscalização deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza a finalização do objeto.
5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez, segurança, qualidade e funcionalidade dos serviços executados, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual.
5.5.1. Quando aplicável o disposto no art. 140, §6º, da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA responderá pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado do recebimento definitivo, pelos vícios, defeitos ou incorreções relativas à solidez, segurança, materiais empregados e funcionalidade da intervenção executada.
Antes do início da execução, a CONTRATADA deverá indicar o profissional legalmente habilitado que responderá tecnicamente pelos serviços, promovendo o respectivo registro de responsabilidade técnica perante o conselho profissional competente, na forma da legislação aplicável.
5.6 O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da execução de todo o serviço do objeto do contrato.

6 – GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

6.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.3 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
6.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
6.5 As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.6 A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 117, caput).
6.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará sua execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, VI).
6.8.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, II).
6.8.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, III).
6.8.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, IV).
6.8.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, V).
6.8.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, VII).
6.9 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 23, IV).
6.11 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, IV).
6.12 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, II).
6.13 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, III).
6.14 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, inciso VIII).
6.15 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o Art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, inciso X).
6.16 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, inciso VI).
6.17 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
6.18 A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
6.18.1 A CONTRATADA deverá manter o preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.
6.18.2 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A medição dos serviços será realizada de acordo com os quantitativos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, observadas as unidades, preços unitários, especificações técnicas, Projeto Básico, planilha orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro.

7.2. Somente serão objeto de medição e pagamento os serviços efetivamente executados em conformidade com as especificações técnicas e previamente atestados pela fiscalização.

7.3. Os serviços executados em desacordo com o Projeto Básico, especificações técnicas ou normas aplicáveis não serão medidos até sua regularização, sem prejuízo das demais medidas contratuais cabíveis.

7.4. Para cada medição, a CONTRATADA deverá apresentar planilha contendo os quantitativos executados no período, memória de cálculo, registros fotográficos e demais documentos técnicos exigidos pela fiscalização.

7.5. A fiscalização realizará a conferência dos quantitativos, qualidade dos materiais e conformidade dos serviços, podendo promover glosas sobre parcelas não executadas, executadas parcialmente ou em desacordo com as especificações.

7.6. O pagamento será realizado com base no valor dos serviços efetivamente executados, medidos, aprovados e atestados pela fiscalização.

7.7 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.7.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.7.2 A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.8 Os serviços serão **recebidos provisoriamente**, no prazo de 10(dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, inciso I, alínea a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, inciso X e 23, inciso X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança, oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.8.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante Termo Detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 22, inciso X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 23, inciso X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
7.8.5 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório, com a entrega do termo detalhado ou em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
7.8.6 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
7.8.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última medição enquanto não forem sanadas as pendências identificadas no recebimento provisório, observado o disposto nos arts. 119 e 140 da Lei nº 14.133/2021.
7.8.8 O Recebimento Provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
7.8.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
7.9 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
7.10 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante Termo Detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
7.10.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Art. 21, inciso VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);
7.10.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
7.10.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
7.10.4 Comunicar à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5 Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
7.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
7.12 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
7.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
7.14 Após comunicação do gestor do contrato **e no prazo de até 2 (dois) dias úteis**, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Prefeitura Municipal de Bragança, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) - Lei nº 12.440/2011).
7.14.1 A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.
7.14.2 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.
7.14.3 Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.
7.14.4 Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.
7.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
7.15.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.16 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data de emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, não acarretando quaisquer ônus à CONTRATANTE.
7.18 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório; e
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito da Prefeitura Municipal de Bragança, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.19 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5(cinco) dias úteis, regularize sua situação ou no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
7.20 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
7.21 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
7.22 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
7.23 O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelo(s) serviço(s) efetivamente prestado(s), em moeda nacional, no prazo de até 10(dez) dias úteis**,** contados da finalização da liquidação da despesa do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.
7.23.1 O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
7.23.2 Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
7.23.3 Para efeito de pagamento, considerar-se pagar a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

7.23.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$, assim apurado: $I = \frac{(6/100)}{365}$ I = 0,00016438

Em que:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

7.23.4.1 Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no Art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.
7.23.5 No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.
7.24 A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no instrumento de aferição da qualidade da prestação do fornecimento ou serviço, se for o caso, referentes ao mês de competência da prestação de serviços ou de meses anteriores.

8 – SELEÇÃO DO(A) FORNECEDOR(A)
8.1. O fornecedor será selecionado mediante procedimento licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, conforme o enquadramento técnico do objeto], com adoção do critério de julgamento de menor preço.
8.2. O regime de execução será o de empreitada por preço global.
8.3. O critério de aceitabilidade observará o preço global da proposta e os preços unitários relevantes constantes da planilha orçamentária, vedados preços superiores aos referenciais estabelecidos pela Administração nos casos e condições definidos no edital.

8.3.1 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (Art.59, §3º da Lei nº14.133/2021).

8.4 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria Geral da União (https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do Art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6 Caso conste na Consulta de Situação do Interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, e encaminhá-la, quando solicitado pela Administração.

8.11 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12 Quando o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14 Para fins de habilitação, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.14.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.14.3 Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor;

8.14.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
8.14.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
8.14.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
8.14.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde a matriz tem sede;
8.14.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o Art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
8.14.9 Ato de Autorização: para o exercício da atividade de Engenheiro ou Arquiteto, em plena validade; e
8.14.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
8.15 Para fins de habilitação social e trabalhista, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:
8.15.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
8.15.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
8.15.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
8.15.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
8.15.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15.6 Prova de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
8.15.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
8.15.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; e
8.15.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros estadual e municipal de contribuintes.
8.16. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá a licitante observar os seguintes requisitos que serão exigidos no Edital de Licitação:
8.16.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
8.16.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, Art. 69, caput, inciso II);
8.16.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2(dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
8.16.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1(um).
8.16.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º);
8.16.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
8.16.6 os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped;
8.16.7 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
8.17 Para fins de qualificação técnica, deverá a licitante observar os seguintes requisitos que serão exigidos no Edital de Licitação:
8.17.1 Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
8.17.1.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.17.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da respectiva jurisdição, ou em outra entidade profissional competente, quando as atividades abrangidas pelo objeto estiverem sujeitas à respectiva fiscalização profissional, em plena validade.
8.17.2.1. Quando a empresa vencedora possuir registro em Conselho de outra unidade da Federação, deverá providenciar, antes do início da execução, o respectivo visto, registro ou procedimento equivalente perante o conselho competente no Estado do Pará, quando legalmente exigível.
8.17.3 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;
8.17.4 Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):
8.17.4.1. Para fins de qualificação técnico-profissional, deverá ser comprovada a experiência do profissional indicado na execução de serviços de pavimentação, recuperação ou recapeamento asfáltico em CBUQ, ou outros serviços de características e complexidade técnica equivalentes ou superiores às parcelas de maior relevância técnica do objeto, mediante Certidão de Acervo Técnico – CAT ou documento equivalente emitido pelo conselho profissional competente.
8.17.4.2. Para fins de qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) que demonstre(m) experiência anterior na execução de serviços de pavimentação ou recapeamento asfáltico em CBUQ, compatíveis em características e complexidade com as parcelas de maior relevância do objeto.
8.17.4.3. Eventuais quantitativos mínimos exigidos nos atestados ficarão limitados a até 50% dos quantitativos correspondentes às parcelas de maior relevância ou valor significativo previamente identificadas e justificadas pela Administração.

8.17.5 O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;
8.17.6 Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;
8.17.7 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
8.17.8 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos; e
8.17.9 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
8.17.9.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a

comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos Arts. 4º, inciso XI; 21, inciso I; e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;
8.17.9.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI), para cada um dos cooperados indicados;
8.17.9.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
8.17.9.4 O registro previsto na Lei nº 5.764/1971, Art. 107;
8.17.9.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
8.17.9.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) Ata de fundação;
b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
d) Editais de Convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.17.9.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o Art. 112 da Lei nº 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor da obra foi estabelecido em R$1.015.378,60 (Um milhão, quinze mil, trezentos e setenta e oito reais e sessenta centavos) para execução desse objeto de contratação.
9.2 Os valores referenciais foram obtidos quando da elaboração dos projetos, o que incluiu a entrega de Especificações Técnicas, Memorial Descritivo, Memória de Cálculo, Planilha Orçamentária, esta última baseada na tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), que é uma tabela muito utilizada no orçamento de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da construção civil no Brasil. Tal sistema de custos da construção civil é disponibilizado na internet pela Caixa Econômica Federal.
9.3. O valor estimado da contratação é de **R$ 1.015.378,60 (um milhão, quinze mil, trezentos e setenta e oito reais e sessenta centavos)**, conforme Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos que integram o Projeto Básico.
9.4 A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária específica do exercício financeiro de 2026, destinada à execução, recuperação, manutenção ou melhoria da infraestrutura viária municipal, conforme

classificação funcional-programática e natureza da despesa indicadas pelo setor contábil competente.
03 Prefeitura Municipal
Unidade Orçamentária:
0311 Sec. Munic. de Infraest. e Saneamento
Projeto/Atividade:
15 451 0015 1.009 Pavimentação e Drenagem de Vias Públicas da Cidade e Vilas deste Município
Categoria Econômica:
4.4.90.51.00 Obras e instalações
Fonte de recurso:
15000000 Recursos não vinculados de impostos
17000000 Outros convênios da União
17010000 Outros convênios do Estado
17500000 CIDE

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Anexos do Termo de Referência:

- Estudo Técnico Preliminar
- Matriz de Riscos
- Planilha Orçamentária
- Cronograma Físico-Financeiro
- Tabela de Encargos Sociais
- Composição de BDI
- Projeto Básico
- Memorial Descritivo/Especificações Técnica

Bragança (PA), 15 de julho de 2026.

TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

Brenno Leonardo Oliveira Pinheiro

Assinado de forma digital por Brenno Leonardo Oliveira Pinheiro

Brenno Leonardo Oliveira Pinheiro
Engenheiro Civil – 152062006-3 – CREA/PA